

---

1 **CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS**  
2 **ESTUARINOS E ZONA COSTEIRA - CTCOST**  
3 **DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**  
4 **ATA DA 1ª REUNIÃO**  
5

6 Data: 1º de fevereiro de 2006

7 Local: Mini auditório da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

8 Início: 9h20

9 Término: 16h30

10  
11 **REPRESENTANTES:**

- 12 - Ministério dos Transportes: Paulo Ho (paulo.ho@transportes.com.br)  
13 - Ministério do Meio Ambiente – SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)  
14 - Ministério do Meio Ambiente – ANA: Joaquim Gondim (joaquim@ana.gov.br)  
15 - Ministério do Meio Ambiente – SQA: Ademilson Zamboni (ademilson.zamboni@mma.gov.br)  
16 - Ministério de Minas e Energia: Vanessa Maria Mamede Cavalcanti (vanessa@dnpm.gov.br)  
17 - Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida (joseluizmiranda@yahoo.com.br)  
18 - Ministério da Ciência e Tecnologia: Maria Cordélia Soares Machado (mmachado@mct.gov.br)  
19 - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca: Marcelo Sampaio (marcelo@seap.gov.br)  
20 - Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES: Rogério da Silva Lages (rlages@iema.es.gov.br)  
21 - Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Lina Maria Aché (sma.linaa@cetesb.sp.gov.br)  
22 - Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – CE/BA: Eduardo Farias Topazio (efarias@srh.ba.gov.br)  
23 - Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PI/SE: Tania Maria Cardoso de Rezende  
24 (tmcrezende@seplan.se.gov.br)  
25 - Hidroviários (Portuários): não compareceu  
26 - Usuário/Indústria: Marco Antonio Ramos Caminha (mcaminha@fiesp.org.br)  
27 - Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Rosa Maria Mancini  
28 (cbhln@pratica.com.br)  
29 - Organizações Não-Governamentais: Andréa Paula de Carestiatto Costa (acarestiatto@uol.com.br)  
30 - Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Thereza Christina de Almeida Rosso (rosso@uerj.br)

31  
32 **CONVIDADOS:**

- 33 - Ana Paula Leite Prates (SBF/MMA) – ana-paula.prates@mma.gov.br  
34 - Antonio J. G. Moreira (Marinha) – ema11@brturbo.com.br  
35 - Beatriz Barcelos (Elabore Consultoria) – beatriz@elabore.com.br  
36 - Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (CBH-Pardo/SP) – comitepardo@serhs.sp.gov.br  
37 - Cristianny V. T. Gisler (ANA) – cristianny@ana.gov.br  
38 - Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos (MME) – christina@mme.gov.br  
39 - Gerson R. Narcizo (Ministério do Planejamento) – gerson.narcizo@planejamento.gov.br  
40 - Gilberto Ruy Derze (DNPM/MME) – derze@dnpm.gov.br  
41 - Henrique Llacer Roig (Sec. Geologia e Mineração/MME) – henrique.roig@mme.gov.br  
42 - J. Alberto de Almeida (Dnocs) – beto.almeida@dnocs.gov.br  
43 - Jean Franco Schmitt (COGMAR/DIDTAQ/SEAP) – jfschmitt@seap.gov.br  
44 - João César de F. Pinheiro (DNPM/MME) – joao.cesar@dnpm.gov.br  
45 - João Luiz Nicolodi (Gercom/PGT/MMA) – joao.nicolodi@mma.gov.br  
46 - Leonardo Julian Rodrigues Klosovski (SRH/MMA) – leonardo.klosovski@mma.gov.br  
47 - Luciano Meneses Cardoso da Silva (ANA) – lmeneses@ana.gov.br  
48 - Luiz Carlos S. S. Rodrigues (BNDES)  
49 - Luiz Molle (Petrobras/MME) – luizmolle@petrobras.com.br  
50 - Maria Aparecida Pimentel Vargas (CFLCL/CEIVAP/AGEVAP) – vargasma@terra.com.br  
51 - Maria de Fátima Paiva (Codevasf) – maria.paiva@codevasf.gov.br  
52 - Ninon Machado de F. Leme Franco (Instituto Ipanema/FBOMS) – ninonmachado@terra.com.br  
53 - Oneida Freire (Ministério do Turismo) – oneidafreire@brturbo.com.br  
54 - Raquel Cristina B. V. Pontes (Dnocs) – raquel.cristina@dnocs.gov.br  
55 - Roberto Alves Monteiro (SRH/MMA) – roberto.monteiro@mma.gov.br

56  
57 **RELATORIA:**

58 - Rachel Landgraf de Siqueira – SRH/MMA – Tel: (61) 4009-1007 (rachel.siqueira@mma.gov.br)

59

60

### ASSUNTOS DISCUTIDOS:

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

No dia 1º de fevereiro de 2006, com início às 9h20, a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua 1ª reunião em Brasília/DF, convocada há 12 dias, tendo como relatora a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira, da Secretaria Executiva do CNRH. **Item 1 – Abertura e apresentação dos membros da câmara técnica.** O Sr. João Bosco Senra, Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente – MMA e Secretário Executivo do CNRH, saudou a todos, lembrando que esta câmara possui uma importante história de criação, pois foi fruto de grande esforço do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Todos os envolvidos no processo já fazem parte, há algum tempo, da construção dessa integração (Política Ambiental com Política de Recursos Hídricos), prevista na Lei nº 9.433/97. Para o Sr. João Bosco, os trabalhos a serem desenvolvidos pela CTCOST serão primordiais para o detalhamento operativo dos Programas contidos no Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado pelo CNRH no último dia 30 de janeiro, o que torna a presença de todos os segmentos que compõem o CNRH, mesmo os convidados, sempre muito bem vinda. O Sr. Julio Tadeu Silva Kettelhut, Conselheiro representante do MMA e Diretor de Projetos e Articulação da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, expressou a satisfação em participar do início dos trabalhos que, segundo ele, contribuirão para o aperfeiçoamento da regulamentação da Lei nº 9.433/97, paralelos às atividades das demais câmaras técnicas desse Colegiado. Antes de passar para o próximo item da pauta, o Sr. Julio falou sobre o funcionamento da Secretaria Executiva do CNRH, das outras 9 câmaras técnicas e do plenário (Regimento Interno), a fim de promover uma condução uniforme dentro do Conselho Nacional: competências; formas de deliberação; participação de representantes e convidados; conduta da presidência; penalidades para faltas; meios de comunicação; e grupos de trabalho. Por fim, ressaltou que todos têm direito à voz e o voto é evitado, buscando, assim, o consenso que atenda a todos os interesses. Nesse sentido, mesmo não estando como membro oficial na CTCOST, o Sr. Antonio Moreira, Conselheiro representante do Ministério da Defesa, entregou à mesa condutora da reunião um artigo como contribuição inicial aos trabalhos: “Atribuições e responsabilidades da autoridade marítima na zona costeira”, o qual “faz um levantamento da legislação incidente sobre as principais atividades desenvolvidas na Zona Costeira - correlaciona essa legislação com as atribuições e responsabilidades da Autoridade Marítima e apresenta proposta de diretrizes consolidadas para os representantes da Autoridade Marítima”. O Conselheiro colocou-se à disposição da câmara para futuros esclarecimentos. Passou-se, então, para uma rodada de apresentações de todos os presentes. **Item 2 – Eleição para presidência da câmara técnica.** Para a eleição, foi aberta a palavra aos interessados. Por indicação dos Srs. Andréa Carestiatto, Carlos Alencastre e Julio Thadeu, e apoio de demais representantes, a Sra. Rosa Mancini, Secretária Executiva do CBH – Litoral Norte/SP, foi convidada a assumir a presidência, para a qual aceitou. Não houve manifestação de interesse de outros membros da CTCOST. A Sra. Rosa Mancini, que desde 2002 vem participando de debates e oficinas de trabalho sobre a integração das políticas, agradeceu a confiança depositada e deu continuidade à Ordem do Dia. **Item 3 – Apresentações.** **1 - Gerenciamento Costeiro e Marinho no Brasil** (anexa a esta ata), por Ademilson Zamboni, coordenador do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – GERCO, cujo objetivo é operacionalizar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, com o propósito de planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades socioeconômicas na zona costeira, de forma a garantir a utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação, dos recursos naturais e ecossistemas costeiros. O programa está no âmbito da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos – SQA do MMA. Foram abordados: marcos importantes para o gerenciamento costeiro do Brasil; área de abrangência; articulação política e institucional na esfera federal para a condução do PNGC; os instrumentos de gestão costeira; aplicação dos instrumentos de ordenamento; ações da SQA na gestão costeira (Projeto Orla / Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva – REVIZEE / Mapeamento de Sensibilidade Ambiental para Derramamentos de Óleo na Zona Costeira e Marinha - Cartas SAO / Agenda Ambiental Portuária / Macrodiagnóstico da zona costeira / e Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho - SIGERCOM); as bases legais para a convergência das políticas de Zona Costeira e Recursos Hídricos; e planos de integração. Ao fim da apresentação, o Sr. Zamboni fez esclarecimentos. A Sra. Thereza Rosso chamou a atenção para a diferença que existe, entre Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e PNGC, sobre a definição do número de municípios na zona costeira. Para o IBGE são cerca de 500, já para o Plano são 385. O Sr. Zamboni

115 explicou que a uniformização de dados é pauta atual, pois foram percebidos regras diferentes para os  
116 cortes territoriais. Para o Plano foi usado o limite político dos municípios. É bom lembrar que para o  
117 gerenciamento de bacias hidrográficas não funciona esse princípio. Já o IBGE trata dos municípios  
118 costeiros sob uma série de indicadores, os quais nem sempre se aplicam ao processo de gestão  
119 ambiental. O Sr. Eduardo Topázio questionou sobre o estágio atual da aplicação das metas do PNGC  
120 nos estados e sobre quem executa as Cartas Temáticas. Sobre as cartas, o Sr. Zamboni disse que cabe ao  
121 MMA a responsabilidade na identificação, localização e definição dos limites das áreas ecologicamente  
122 sensíveis com relação “à poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou  
123 perigosas em águas sob jurisdição nacional”. Desta forma, a SQA preparou as “Especificações e Normas  
124 Técnicas para a Elaboração de Cartas de Sensibilidade Ambiental para Derramamentos de Óleo na Zona  
125 Costeira e Marinha”, trabalho realizado em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos  
126 Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, responsável direto pelo controle ambiental e pelo  
127 licenciamento das atividades da indústria do petróleo, e a Agência Nacional do Petróleo - ANP, órgão  
128 regulador do setor petrolífero. Foram consultadas normas internacionais sobre o assunto e aproveitadas  
129 as experiências do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da PETROBRAS. Esse processo culminou  
130 com a validação das Especificações e Normas Técnicas para a Elaboração das Cartas SAO em um  
131 *Workshop* ocorrido no Rio de Janeiro, em dezembro de 2001, com a presença de representantes do  
132 MMA, IBAMA, ANP, Marinha do Brasil, comunidade científica, órgãos estaduais de meio ambiente,  
133 setor petrolífero e ONGs interessadas. Em março de 2002, as especificações foram submetidas à  
134 apreciação da Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR, de acordo com a legislação em vigor, a  
135 fim de que as Cartas SAO, preparadas conforme tal metodologia, pudessem ser consideradas  
136 documentos cartográficos oficiais brasileiros, de uso obrigatório no planejamento de contingência, na  
137 avaliação geral de danos e na implementação de ações de resposta a incidentes de poluição por óleo na  
138 zona costeira e nas áreas marítimas sob jurisdição nacional. Em 2003, foram iniciadas as atividades de  
139 mapeamento, tendo sido escolhidas como piloto as bacias contíguas do Ceará e Potiguar. Nesse  
140 momento, um convênio está sendo firmado com a PETROBRAS no sentido de se ampliar o serviço  
141 “Atlas de sensibilidade ambiental ao óleo” para toda a costa brasileira, de forma não estática, e sim de  
142 constante atualização. Sobre a aplicação dos instrumentos de gestão do PNGC nos estados, o Sr.  
143 Zamboni explicou que os estados escolhem, em cada uma das áreas de interesse, quais instrumentos  
144 devem ser aplicados para uma gestão específica. Ficou acordado que seria encaminhado aos membros da  
145 CTCOST um diagnóstico já preparado sobre a aplicação dos instrumentos da política nos estados.

146 Continuação do Item 3 – Apresentações. 2 – Relato sobre a participação do Brasil em fóruns  
147 internacionais. O Sr. Zamboni informou que o País, em 2001, propôs um Plano Nacional de Gestão para  
148 o Controle de Fontes de Poluição Baseadas em Terra que causam Efeitos na Zona Costeira. Esse plano  
149 faz parte do Programa Global de Ação para Controle de Fontes de Poluição Baseadas em Terra para a  
150 Zona Costeira – PGA, desenvolvido sob diretrizes do *Global Environment Facilities – GEF* e veiculado  
151 por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA em diferentes países no  
152 mundo. O Plano Nacional definia, entre outros, tipos específicos de poluentes e como eles se integravam  
153 nas bacias hidrográficas antes de chegarem à região costeira, e delimitava cinco regiões estratégicas.  
154 Com o recorte estabelecido de ação, o plano propiciou a oportunidade de trabalho com países vizinhos  
155 (Uruguai e Argentina) e acordos de micro-financiamentos. Hoje, existe uma proposta de revisão dos  
156 planos nacionais de ação, muito discutida durante a *Third Global Conference on Oceans, Coasts and*  
157 *Islands*, na sede da UNESCO em Paris, França, de 23 a 28 de janeiro deste ano. Observando as  
158 experiências mostradas, notou-se que os países não avançaram por não possuírem um arranjo  
159 institucional para tratar de bacia hidrográfica / zona costeira. Contudo, o Brasil despertou o interesse,  
160 principalmente do GEF, por demonstrar o potencial do país nesta área (8.500 km de costa, ao contrário  
161 dos demais que não possuem costa vasta) e o trabalho na busca da integração, inclusive com o anúncio  
162 da criação da CTCOST. Ao concluir, o Sr. Zamboni anunciou que ainda acontecerão uma série de  
163 eventos, onde o Brasil terá a chance de mostrar novos avanços e, quem sabe, garantir financiamentos.

164 Continuação do Item 3 – Apresentações. 3 – O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos  
165 Hídricos - SINGREH e Interfaces com o Gerenciamento Costeiro (anexa a esta ata), por Rita Cerqueira,  
166 técnica da SRH/MMA. O SINGREH foi apresentado sob três planos: arranjo político-institucional, o  
167 instrumental e sítios de articulação (instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos; organismos  
168 colegiados; consolidação dos instrumentos nos estados; comitês de bacia existentes; e comitês de rios  
169 estaduais costeiros). Continuação do Item 3 – Apresentações. 4 - 1º Encontro Nacional Temático  
170 “Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e da Zona Costeira”, ocorrido de 1º a 4 de agosto de 2005,  
171 em Itajaí/SC. A Sra. Rosa Mancini distribuiu um CD com todo o material referente ao encontro e relatou

172 que durante o evento foi feito o primeiro exercício de integração dos instrumentos das políticas de  
173 recursos hídricos e de gerenciamento costeiro. Falou das recomendações encaminhadas e que daqui para  
174 frente é aconselhável que a CTCOST se baseie nelas. O Encontro Nacional buscou caracterizar os  
175 objetivos de ambas as políticas (Recursos Hídricos / Meio Ambiente) e propor como podem conversar e  
176 se complementar (qual pode ser a estratégia para se estar trabalhando todos os instrumentos de maneira  
177 conjunta?). Segundo a Sra. Rosa, já existem alguns estados procurando estabelecer parcerias entre  
178 colegiados costeiros e comitês de bacia, a fim de somar as duas experiências e produzir instrumentos  
179 mais integrados e complementares. Após as explanações, houve manifestações sobre as expectativas dos  
180 trabalhos da CTCOST, entre elas: (SRH/MMA) – complementação e integração entre as diferentes  
181 políticas e os diversos órgãos. O grande exercício técnico será a inserção do temas ambientais na gestão  
182 de recursos hídricos. (ANA) – entre os interesses está o planejamento de integração entre os sistemas de  
183 informações; compatibilização das regras de outorga pelo uso de recursos hídricos com outras normas  
184 legais (atenção para o estabelecimento de procedimentos de outorga que tenham a influência de água  
185 salobra e salina); definição de dominialidade do corpo hídrico quando ele se insere em terreno de  
186 marinha; e resolução de conflitos entre usuários de água. (SQA e CERH/BA) – reiteraram a dificuldade  
187 de integração frente a existência de diferentes sistemas de informações que não se comunicam. A SQA  
188 externou a vontade de sempre existirem discussões de forma cordial. (OTEP) – troca de conhecimentos  
189 entre as áreas técnica e de gestão (avançar em conceitos/tecnologias/capacitação/comunicação). (ONGs)  
190 – o importante é a água ter tratamento adequado, pois mesmo o uso difuso reflete conseqüências que  
191 recaem sobre a sociedade. É necessária uma agenda positiva com características de transversalidade.  
192 (CERS/SP) – expectativa com a aprovação e aplicação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, com a  
193 interface entre os instrumentos das políticas e com a resposta rápida e concreta às solicitações que a  
194 CTCOST possa receber. (MME) - a linha de atuação da câmara deve ser multidisciplinar e multi  
195 setorial, pois, embora se fale em Política de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente, é preciso agregar  
196 outros setores governamentais, as questões da sustentabilidade e os aspectos social, cultural e  
197 econômico, sem esquecer de não se basear apenas no “achismo”, mas também em estudos técnicos.  
198 Outra questão é a integração entre Outorga e Licenciamento. Tema a ser abordado: bens minerais. (Min.  
199 Integração) – enriquecimento de conhecimento, pois o ministério executa obras de infra-estrutura  
200 hídrica. (SEAP/PR) – diálogo, transversalidade, resolução de conflitos e sustentabilidade. É necessária  
201 uma metodologia de gestão integrada e responsável. (Min. Transportes) - atenção para o sistema  
202 portuário/hidroviário, o qual realiza muitas intervenções na natureza e possui gerenciamento específico.  
203 (Indústria) – busca por um trabalho que seja coerente com a evolução do processo industrial, que tem o  
204 bem “água” como insumo básico em sua produção. (MCT) – poder oferecer as experiências obtidas  
205 com, por exemplo, os projetos “Mar” e “Antártica”. (CERH/ES) – o Espírito Santo já iniciou seu  
206 processo de integração e participar da CTCOST trará avanços para o sistema estadual. (Min. Turismo) –  
207 prever como estratégias de ação da câmara a construção de uma agenda ambiental para o turismo e a  
208 inserção do tema “integração” no Plano de Ação Federal, previsto para ser uma base comum de dados  
209 sobre as ações do Governo Federal e, futuramente, dos órgãos estaduais. (MPOG) – que se concretize a  
210 inserção da dimensão territorial no Plano Plurianual – PPA 2008/2011. Não se sabe, ainda, se o recorte  
211 será por bacia hidrográfica, bioma ou outros. Ou seja, novos programas, metas e ações poderão ser  
212 contemplados com recursos da União. (Secretaria de Biodiversidade e Florestas-SBF/MMA) – trabalho  
213 em conjunto com o Plano Nacional de Áreas Protegidas, o qual exige a integração em questão para sua  
214 efetivação na área costeira e marinha, e com o Ponto Focal da Convenção de Ramsar no Brasil (zonas  
215 úmidas, dentre elas os ecossistemas de manguezais e estuários). Após debate, foram sugeridas as  
216 primeiras ações para a construção do Plano de Trabalho da câmara. Foi dado intervalo para o almoço  
217 entre 13h10 e 14h15. **Item 4 – Plano de Trabalho da câmara técnica.** Para a próxima reunião foram  
218 recomendados: apresentação sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos (diretrizes e princípios;  
219 Programa 9 - Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro; e como a CTCOST  
220 pode contribuir para o seu desenvolvimento); organização de documentos básicos de referência das  
221 políticas (SRH e SQA como responsáveis); relato do andamento das atividades do Grupo de Trabalho  
222 “Integração dos procedimentos de Outorga e de Licenciamento”, no âmbito da Câmara Técnica de  
223 Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR/CNRH; e estudo para  
224 a organização de conceitos importantes. **Item 5 – Assuntos Gerais / Encerramento.** Foram definidos: que  
225 seria criada uma lista de discussão virtual para os membros da câmara técnica (relatora como  
226 responsável) e uma agenda prévia de reuniões para 2006 (7 de março, 4 de abril, 2 de maio, 7 de junho,  
227 4 de julho, 1º de agosto, 5 de setembro, 3 de outubro, 7 de novembro e 6 de dezembro –  
228 preferencialmente em Brasília, podendo ocorrer em outros locais desde que julguem necessário). Nesse

229 momento, uma vez abordados todos os itens de pauta, a Sra. Rosa Mancini, às 16h30, agradeceu a  
230 presença e o empenho de todos e encerrou os trabalhos desta 1ª reunião da CTCOST.

231

232 Ata aprovada na 2ª reunião da CTCOST, em 7 de março de 2006.

233

234

235

236

237

**Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini**

238

Presidente da CTCOST

239

240

241

242

**Rachel Landgraf de Siqueira**

243

Relatora da CTCOST